

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Boļcon. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giritoni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente e telespectador da TV Assembleia, eu gostaria de manifestar total indignação com a Secretaria Estadual da Educação, sobretudo com o governo Alckmin que, mais uma vez, dá um verdadeiro golpe na Educação do nosso estado.

Nós tivemos uma greve de 92 dias da rede estadual. Foi a maior greve de todos os tempos do Magistério estadual, que denunciou todas as mazelas da Educação: a falta de investimento, a superlotação de salas, a violência nas escolas, a destruição do plano de carreira dos professores, o sucateamento e a degradação das escolas, o não cumprimento da jornada do salarí pelo governo estadual, o não cumprimento da data-base salarial dos servidores, o não cumprimento do Plano Nacional de Educação, da meta nº 17, que iguala os salários dos professores ao salário de outros profissionais que tenham também formação em nível superior, enfim, denunciando.

Foi uma greve importante para denunciar para a sociedade, para a opinião pública, para a imprensa e até para a Assembleia Legislativa, para os mais desavisados, que a situação da Educação estadual é caótica, é de calamidade pública, porque não há investimentos, porque os governos do PSDB têm destruído a Educação, a escola pública no estado de São Paulo. Durante o processo de greve, até o seu término, o governo se comprometeu a enviar um projeto de lei; aliás, dois, para a Assembleia Legislativa. Um deles, trataria da questão dos professores categoria “o”, que são contratados no regime de quase semiescravidão. São professores contratados apenas por um ano que depois ficam impedidos de lecionar no ano seguinte. É uma lei absurda, que empurra o professor para o bico. Ele tem que ir trabalhar no telemarketing, porque não terá condição de ser contratado novamente na rede estadual. Há 30 mil professores nessa situação. É um absurdo total.

O governo se comprometeu a enviar um projeto de lei para fazer algum tipo de reparação nessa lei, a Lei nº 1093. No entanto, o projeto não foi protocolado. Estamos praticamente encerrando o semestre - dia 30 de junho cai na terça-feira - e o projeto não foi protocolado. Hoje é sexta-feira e ainda não tivemos nenhuma informação de que o projeto tenha sido protocolado na Assembleia Legislativa. E mesmo que tivesse sido, como faríamos a aprovação até o dia 30? Seria quase impossível votar um projeto com tanta rapidez. Isso mostra claramente a falta de compromisso, de vontade política do governo de investir. Não gosto de usar essa expressão, “vontade política”, mas é um governo que realmente não tem compromisso com a educação pública estadual. É por isso que estamos vivendo essa verdadeira tragédia na rede estadual.

É fácil elaborar esse projeto. Eu mesmo, desde 2009, quando a Lei nº 1093 foi aprovada nesta Assembleia, venho apresentando várias propostas para reformular essa lei. Deixo claro que votei contra o projeto de lei que resultou nela, porque era perverso e danoso, não só para os professores, mas, sobretudo, para os quatro milhões de alunos matriculados na rede estadual. Nossos projetos para a reformulação da lei foram todos obstruídos pela base do governo. Mas é muito fácil mudar a lei, basta que haja interesse. E o governo anunciou que enviaria o projeto, por conta da pressão, da greve, do desgaste, e não enviou.

O outro projeto seria sobre o reajuste salarial dos professores. Primeiramente, o governo viola, afronta uma lei que já foi aprovada aqui em 2006, que institui o mês de março como a data-base salarial de todos os servidores do estado de São Paulo. Agora, do dia para a noite, o governo diz que a data-base é no dia 1º de julho, sem que haja a modificação da lei. Além disso, também não enviou o projeto para a Assembleia Legislativa, para que pudéssemos aprovar um reajuste, pelo menos, das perdas inflacionárias para os professores da Rede Estadual de Ensino. Este é o tratamento que o governo dá para a Educação pública, para o magistério, para os quatro milhões de alunos matriculados: desprezo, falta de financiamento e de responsabilidade; a leviandade total com a Educação.

Termino a minha fala fazendo mais uma crítica ao governo: ele também não encaminhou o projeto do Plano Estadual de Educação. Pela Lei Federal nº 13.005 de 2014, que criou o Plano Estadual de Educação, estados e municípios do Brasil teriam até o dia 24 de junho deste ano para aprovar os seus respectivos planos de educação, municipais e estaduais. E o estado de São Paulo, que é o estado mais rico da Federação, com a maior rede de ensino de Educação básica da América Latina, não discutiu o plano de Educação. O plano não foi protocolado e não houve debate na Comissão de Educação. Ou seja, de fato, a Educação no estado de São Paulo está sem norte e sem sul. É como se fosse uma nau à deriva, sem direção, sem projeto pedagógico, sem política educacional.

Nós vamos continuar cobrando e denunciando toda essa leviandade, toda essa irresponsabilidade do governo PSDB com a educação pública do estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Hoje nós estamos recebendo a visita da segunda turma do Curso Cerimonial do ILP. Sejam bem-vindos. Eles estão acompanhados por Carlos Takahashi. Fiquem à vontade, a Casa é dos senhores.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo a solicitação do deputado Coronel Camilo, nos termos do Art. 18, inciso I, “r” da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoca V. Exas. para uma sessão solene a realizar-se no dia 14 de agosto de 2015, às 10hs, com a finalidade de homenagear o Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd e lançar a Frente Parlamentar da Família, Cidadania e Cultura.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp e funcionários desta Casa.

Nós estamos no Pequeno Expediente. Cada deputado tem um tempo livre de cinco minutos para explicar sobre o assunto que desejar, de livre escolha. O deputado que me antecedeu falou sobre a educação no estado de São Paulo; eu vou falar sobre a segurança pública, que é a área em que eu milito - todos sabem que sou oficial da Polícia Militar.

Eu quero fazer uma alusão ao Corpo de Bombeiros. Hoje cedo estivemos na querida cidade de Santos participando do aniversário do 6º Grupamento de Bombeiros. Fomos convidados pelo coronel Nocetti, comandante do 6º GB, e participamos com todos os oficiais e praças daquela unidade comemorando mais um aniversário.

O 6º Grupamento de Bombeiros participou ativamente. A última missão deles de destaque no estado de São Paulo foi um incêndio que ocorreu em Alemoa, onde os tanques de combustível se incendiaram e provocaram uma reação em cadeia. O incêndio durou praticamente nove dias e foi uma situação muito difícil para a defesa civil, para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros. Várias tropas foram envolvidas e foi solicitada a ajuda de técnicos estrangeiros devido à gravidade do acidente.

Nesse evento, nós lembramos a necessidade de o estado estar preparado para acontecimentos dessa magnitude. Muitas pessoas não gostam de falar sobre segurança, acham que não tem necessidade e que é besteira. Só quando temos um grande acidente é que as pessoas voltam os olhos para esse problema. Aí não dá tempo. A prevenção é muito importante para que não ocorram grandes desastres. Quando se fala em segurança, a primeira palavra que devemos usar é prevenção. Se nós prevenirmos os acidentes, eles não acontecerão ou ocorrerão em menor escala. Se nós prevenirmos os crimes, eles não acontecerão ou ocorrerão em menor escala. A prevenção é superimportante para o estado trabalhar com ordem para dar paz à população.

O Corpo de Bombeiros tem feito um trabalho excepcional durante vários anos. Ele tem sido sempre citado como uma das instituições que mais tem a credibilidade do povo paulista e do povo brasileiro devido ao trabalho sério que os homens e mulheres desenvolvem, devido à atitude profissional, honesta e correta que essa organização tem feito há mais de 150 anos.

No próximo domingo, nós teremos um evento no Parque da Independência, no Ipiranga. Lá, será comemorado o Dia do Bombeiro. Para quem não sabe, essa data é comemorada no dia 2 de julho, mas como, salvo engano, será uma quarta-feira, o evento em comemoração ao Dia do Bombeiro da Polícia Militar do Estado de São Paulo será antecipado e comemorado no próximo domingo, no Parque da Independência.

Aproveito para convidar todos os cidadãos que tiverem oportunidade de participar desse evento, que é muito bonito. É uma maneira de enaltecer o grupo de homens e mulheres que se dedica 24 horas por dia para o bem da população paulista e também uma maneira de a população dizer “muito obrigado” a essas pessoas que dedicam suas vidas para salvar outras vidas.

Aproveito ainda para homenagear o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo e também todos os homens e mulheres que labutam na Segurança pública, como a Polícia Militar, a Polícia Civil, as 180 guardas civis do estado de São Paulo, os homens da Polícia Federal e os homens que trabalham no Serviço de Assistência Penitenciária, que é muito perigoso.

Enfim, esta homenagem é para todos os homens e as mulheres envolvidos com a Segurança pública e também com a segurança privada, pois todos acabam fazendo um trabalho conjunto e para dar mais tranquilidade ao cidadão poder viver sua já tão tumultuada vida.

Entendo que o estado deve investir mais na área de Segurança, assim como na área da Educação, como bem disse o deputado Carlos Giannazi, pois são dois pontos essenciais para que a sociedade viva em paz e realmente tenha ordem e progresso. Para que nossos filhos, nossos netos e aqueles que virão depois destes tenham uma sociedade em que possam viver com tranquilidade. Esse é o nosso desejo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Itamar Borges, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra “r”, da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 10 de agosto de 2015, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o Dia do Agricultor.

Nos mesmos termos regimentais, esta Presidência convoca V. Exas. para uma sessão solene a realizar-se no dia 14 de agosto de 2015, às 20 horas, com a finalidade de prestar homenagem ao Dia da Liderança Jovem.

Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Campos Machado, convoca V. Exas., nos mesmos termos regimentais, para uma sessão solene a realizar-se no dia 17 de agosto de 2015, às 10 horas, com a finalidade de homenagear os 100 anos da Fundação da Unasp - Centro Universitário Advntista.

Por fim, também nos mesmos termos regimentais, esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Aldo Demarchi, convoca V. Exas. para uma sessão solene a realizar-se no dia 17 de agosto de 2015, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o Dia do Maçom.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, à hora regimental, com remanescente da Ordem do Dia de quinta-feira, dia 25 de junho.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 58 minutos.

\*\*\*

### 29 DE JUNHO DE 2015 69ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: CARLÃO PIGNATARI e JOOJI HATO**

**Secretário: CARLOS GIANNAZI**

#### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca reunião extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, hoje, às 15 horas.

2 - CARLOS NEDER

Discorre sobre o financiamento do Sistema Único de Saúde, o aprimoramento da gestão com o setor privado e os mecanismos de participação dos usuários. Diz ter participado hoje, na Federação das Indústrias, de reunião com o secretário David Uip, na qual foram expostas as realizações e as dificuldades da área da Saúde. Informa que o Estado contribui com três reais por habitante, por ano, totalizando aproximadamente 32,5 milhões de reais. Considera muito importante a participação efetiva do Estado no apoio aos municípios.

3 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Informa que os pedágios irão aumentar a partir do dia primeiro de julho. Crítica o estado de São Paulo pela desapropriação de cerca de 400 famílias na região da Av. Água Espraiada. Ressalta que os moradores habitam casas e terrenos do Estado há mais de 30 anos e que não têm condições financeiras de buscar outros locais para morar. Registra a presença nesta Casa de alguns dos moradores nestas condições. Destaca que o Estado tem que dar alternativas aos moradores. Afirma que foi realizada audiência pública, semana passada, a respeito do assunto, e que já solicitou reunião com o secretário de Planejamento. Diz que o leilão dos terrenos foi suspenso provisoriamente pela Justiça. Apela ao governador Geraldo Alckmin que reveja esta proposta.

5 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Convoca as seguintes sessões solenes, a serem realizadas: dia 21/08, às 10 horas, com a finalidade de “Prestar Homenagem ao Exército Brasileiro e ao seu Patrono”, Marechal Luiz Alves da Lima e Silva, Duque de Caxias, por determinação do presidente Fernando Capez; dia 24/08, às 20 horas, com a finalidade de “Comemorar o Dia do Corretor de Imóveis”, por solicitação do deputado Itamar Borges; dia 28/08, às 20 horas, com a finalidade de “Comemorar o Dia da Ordem da Estrela do Oriente”, por determinação do presidente Fernando Capez; dia 28/08, às 10 horas, com a finalidade de “Homenagear a trajetória de vida da Cantora Damaris”, a pedido da deputada Rita Passos; e dia 31/08, às 20 horas, com a finalidade de “Comemorar o Dia da Comunidade Alemã”, por solicitação da deputada Célia Leão.

6 - MARCOS MARTINS Destaca que o estado de São Paulo, além da falta de água, tem problemas com o tratamento de esgoto. Cita a grande quantidade de espuma, em razão da poluição, formada em algumas cidades da região do Tietê, principalmente Pirapora do Bom Jesus e Salto. Ressalta que fará uma campanha, juntamente com as Câmaras Municipais, em defesa do rio Tietê. Destaca a necessidade de proteger a população da contaminação e de problemas de saúde. Crítica a Sabesp por não cumprir sua obrigação no tratamento do esgoto.

7 - CARLOS NEDER

Lembra seu pronunciamento anterior sobre o financiamento do SUS e a maior participação do Estado no apoio aos municípios. Menciona uma das funções deste Parlamento, de fiscalizar os atos do Executivo, com o apoio do Tribunal de Contas do Estado. Ressalta que o primeiro semestre está finalizando e até o momento não foram instalados os conselhos de fiscalização do Estado. Menciona a comissão para fiscalizar os contratos de organizações sociais, que aguarda a indicação de dois deputados para que seja instalada. Pede que o deputado Cauê Macris agilize a indicação dos representantes para que esta comissão inicie seu trabalho.

8 - BETH SAHÃO

Menciona sua participação, hoje, na audiência pública com o senador Paulo Paim, a respeito da terceirização da mão de obra. Informa a participação de trabalhadores, sindicatos, confederações e centrais sindicais de vários segmentos. Cita números de trabalhadores com carteira assinada no País. Discorre sobre o que considera malefícios do projeto. Afirma que este projeto afeta os direitos elementares dos trabalhadores, conquistados com muita dificuldade.

9 - LUIZ FERNANDO

Comunica que, no dia sete de julho, haverá nesta Casa audiência pública a respeito da lei de incentivo aos esportes, que se encerra no dia 31 de dezembro de 2015. Informa que as ONGs e os clubes têm financiamento por causa desta lei. Convida todos aqueles que trabalham com esporte para participar.

10 - LUIZ FERNANDO

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h14min, reabrindo-a às 16h34min.

12 - BARROS MUNHOZ

Solicita a suspensão da sessão até as 17 horas, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações de Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, às 16 horas e 40 minutos. Suspende a sessão às 16h35min, reabrindo-a às 17h08min.

ORDEM DO DIA

14 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Coloca em votação e declara aprovado, sem debate, requerimentos de licença, do presidente Fernando Capez e do deputado Carlão Pignatari, para participar de missão cultural à Turquia, no período de 04 a 12 de julho. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, da deputada Leci Brandão, para a criação de uma comissão especial para acompanhar os desdobramentos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Violência Contra a Juventude Negra e Pobre, da Câmara dos Deputados. Convoca sessão extraordinária, a ser realizada hoje, às 19 horas.

15 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, parabeniza o presidente Fernando Capez pela iniciativa de permitir o uso do estacionamento desta Casa, pelo público, nos finais de semana.

16 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, sente-se surpreso com a manifestação de apoio, do deputado Carlos Giannazi, ao presidente Fernando Capez.

17 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, reitera seu posicionamento. Lembra apoio do deputado Campos Machado ao PLC 56.

18 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, agradece ao deputado Carlos Giannazi pelo seu pronunciamento.

19 - BARROS MUNHOZ Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 30/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esta Presidência convoca, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, hoje, às 15 horas, como finalidade de apreciar a seguinte matéria em regime de urgência, Redação Final do PLC nº 22/2015, de autoria do Procurador Geral de Justiça, e do PL 625/2015, de autoria do nobre deputado André do Prado e outros, a realizar-se no Salão Nobre da Presidência.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente em exercício, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, as pesquisas mostram a área da Saúde como sendo aquela de pior avaliação dos governos, e que é hoje a maior preocupação da população em diferentes estados e municípios.

Há todo um debate instalado que remete a discussão para a questão do financiamento do Sistema Único de Saúde, com a necessária participação da União, dos estados e dos municípios, e sobre como aprimorarmos a gestão no Sistema Único de Saúde e na sua relação com o setor privado, filantrópico e lucrativo. Investe-se, também, na criação de mecanismos de participação e de acolhimento dos usuários.

Participei hoje de uma atividade na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em que fui ouvido o Secretário de Estado da Saúde, David Uip.

Na oportunidade, S. Exa. fez, a exemplo do que havia realizado na prestação quadrimestral de contas - que é obrigatória na Assembleia Legislativa de São Paulo - uma exposição abrangente sobre as realizações e as dificuldades da sua Pasta, e também na relação estabelecida com os municípios e a União.

Num determinado momento da sua apresentação, S. Exa., o Secretário, fez o seguinte comentário: “hoje o governo estadual contribui com o Sistema Único de Saúde de responsabilidade dos municípios, sobretudo na atenção básica, com um valor de três reais por habitante/ano”. Isso, no primeiro quadrimestre, significou algo em torno de 32,5 milhões de reais. E há a expectativa de se gastarem cerca de 131 milhões de reais de recursos próprios do Orçamento do Estado, em apoio aos municípios em 2015.

É preciso lembrar que nós temos - na organização do Sistema Único de Saúde - o repasse de recursos federais através do PAB, que é o Piso de Atenção Básica. E esse outro valor, que é repassado pelo Estado, acaba tendo uma denominação - comum entre os secretários e aqueles que atuam em Saúde Pública - em que é conhecido como “Pabinho”.

Qual foi o comentário feito pelo Secretário? Ele entendeu e disse em alto e bom som que esse dinheiro acaba sendo um cheque em branco dado pelo Governador, pelo secretário de Estado, aos prefeitos e secretários municipais de Saúde. Sua Excelência comentou que não tem nenhuma condição de controlar as prioridades e de que maneira esses três reais por habitante/ano serão gastos por iniciativa dos municípios.

Todos nós sabemos que os municípios estão sobrecarregados, gastando muito mais do que os 15% previstos como piso de gastos com recursos próprios em Saúde. O próprio secretário mencionou que temos hoje municípios gastando cerca de 30 e até 40% de recursos próprios em Saúde.

Portanto, é no mínimo controversa essa decisão do secretário de sustar o repasse, de não concordar com a participação do tesouro estadual no financiamento dos sistemas municipais de Saúde, de maneira solidária à União, que repassa os recursos correspondentes ao PAB. E o “Pabinho”, se for levado às últimas consequências aquilo que foi dito pelo secretário da Saúde, deixará de chegar ao orçamento dos municípios, agravando ainda mais uma situação em que os municípios já estão sobrecarregados e muito acima da sua capacidade de enfrentar os gastos que lhes são obrigatórios na área da Saúde.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

\*\*\*

É preciso, portanto, que essa decisão seja revista, tanto pelo governador do estado quanto pelo secretário, e que haja uma participação efetiva do governo estadual no financiamento não apenas da atenção básica, mas também no apoio aos municípios na atenção especializada. É preciso, ainda, que não deixemos a meio caminho o processo de regionalização da Saúde, e que melhoremos a qualidade do sistema de Saúde de forma solidária, em que União, Estados e Municípios somem esforços em torno dos interesses maiores da população.

Sr. Presidente, solicito que cópia desse pronunciamento seja encaminhada à presidência do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do estado de São Paulo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damásio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curriati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectadores da TV Alesp. Houve já o anúncio de que os pedágios aumentam no dia primeiro, em aproximadamente 8,47 por cento. O que vamos ter é a farrá dos pedágios intensificada no estado de São Paulo. Mas voltarei a esse tema no meu próximo pronunciamento.

Quero fazer agora uma denúncia gravíssima em relação ao comportamento do governo estadual no que diz respeito à desapropriação de mais de 400 famílias da região da Avenida Água Espraiada, no Brooklin e Campo Belo. São famílias que moram em casas e terrenos do estado há mais de 30 anos. E agora, do dia para a noite, essas pessoas serão todas desalojadas por conta de um leilão que o estado está organizando sem comunicar às famílias, que são pobres. Nessas casas, temos idosos, deficientes físicos, crianças. São várias famílias que trabalham e estudam nas escolas da região. É um absurdo o que o estado está fazendo. É um ato criminoso colocar essas pessoas no olho da rua, sem aviso, sem discussão, sem que haja uma alternativa habitacional para elas. São mais de 400 famílias.

Hoje, estamos recebendo aqui algumas pessoas cujos casos são ilustrativos do que está acontecendo naquela região. Refiro-me à senhora Josefa Pereira Henrique e ao senhor Roque Henrique, que moram em uma dessas casas e já receberam uma notificação do DER - Departamento de Estradas e Rodagem - pedindo sua saída, mas não houve nenhuma conversa, nenhuma discussão. O estado tem obrigação de apresentar uma alternativa habitacional para esses moradores. Eles não têm para onde ir. Estamos recebendo outros moradores: José Carlos da Silva, Dulcilene do Socorro Pinheiro e uma criança, a Ana Clara. O fato é que esses moradores estão ameaçados de perder sua moradia popular por conta dessa atitude, desse ato criminoso do governo Alckmin, do DER e da Secretaria de Logística e Transportes, que agora está leiloando esses espaços públicos, desalojando 400 famílias, que não têm onde morar. Há uma grande crise habitacional na cidade e no estado de São Paulo. Não há investimento em moradia popular, há um déficit enorme. Milhões de famílias não têm onde morar.

E mesmo assim, o Estado, em vez de manter esses moradores nesses terrenos que são públicos, vai leiloar, está vendendo, está privatizando, na verdade. Está aumentando ainda mais a especulação imobiliária na cidade de São Paulo. Ou seja, é uma atitude a serviço da especulação imobiliária, contra os pobres, contra as pessoas sem poder aquisitivo. Essas pessoas serão jogadas no olho da rua, se nada for feito.